

África e Brasil: debate em torno das classificações raciais

Regina Célia Lima Xavier

Como pensar o Brasil após a escravidão? Como avaliar o peso da composição étnica na formação de uma “nova” sociedade que, livre do cativo, deveria preconizar a igualdade? Responder esta pergunta foi um desafio importante para quem viveu no Brasil no final do século XIX ou no início do XX. Inspirada por questões como esta, escrevi esta apresentação para iniciar uma reflexão sobre as disputas em torno da definição dos critérios classificatórios de raça e seu impacto nos debates sobre os direitos sociais.

Em primeiro lugar, quero fazer referência ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ele se destaca por ter favorecido a troca de experiências e a circulação de idéias ao enviar seus sócios para eventos científicos em países americanos e europeus - especialmente nas décadas de 1910 e 1920 quando, segundo Guimarães (2006), vive uma certa efervescência ao superar a crise advinda com a perda do apoio imperial. No contexto da primeira guerra renovavam-se os interesses pelas questões nacionais e o IHGB redefinia suas funções, adquirindo uma postura mais acadêmica. Em 1914 realizava o I Congresso de História Nacional, evento que obteve um enorme sucesso com grande número de trabalhos apresentados, contando com nove sessões de trabalho. Ao analisar suas características mais gerais, Guimarães (2006) ainda destaca a influência da escola metódica francesa e o privilégio dado à história política. Este I Congresso é especialmente relevante devido não apenas ao papel do IHGB na formação e divulgação do pensamento científico em voga no período, mas por ter entre suas sessões uma dedicada às “explorações arqueológicas e etnográficas” que eram “especialidades emergentes” naquela ocasião.

Esta sessão compreendia estudos sobre a formação racial da população brasileira. A maior parte de seus artigos versavam sobre os indígenas, tema já recorrente nas páginas da revista do IHGB. Relevante, no entanto, é que a eles se somaram estudos sobre a imigração da raça branca e sobre a raça dos africanos importados para o Brasil, oferecendo uma oportunidade ímpar para se analisar a formulação das idéias de raça entre nossa elite letrada. Caso exemplar, neste sentido, é o artigo publicado por Afonso

Cláudio (1915) e que se dedica a discorrer sobre as tribos negras importadas, estudo etnográfico, sua distribuição regional no Brasil e os grandes mercados de escravos.

Este autor vai dar respostas à questão colocada sobre as tribos importadas para o Brasil. Afonso Cláudio vai estar com seus olhos voltados para a África, um continente a ser descoberto através do discurso científico¹. Ele vai tentar revelá-lo se socorrendo de autores variados: historiadores, sociólogos e, principalmente, etnólogos e antropólogos. Em sua maioria, europeus.

A antropologia, disciplina acadêmica relativamente nova, promovia uma escrita sobre a África que esteve baseada, segundo Thorton (1983), em duas tradições distintas: aquela da ciência natural que proveu aos primeiros escritos etnográficos o seu formato e retórica; aquela do gênero de viagem, dos relatórios e cartas de missionários, que a alimentou em seu conteúdo e vocabulário. Apesar de seus diferentes objetivos ambos estavam interessados em atrair o público leitor para novos lugares, povos e problemas. A antropologia viria a se nutrir destas duas tradições, na medida em que os textos de viajantes e missionários, que permaneciam em campo relatando suas experiências, passaram a ser capturados pelos autores, teóricos, que permaneciam nas metrópoles. Neste intercâmbio, raramente os antropólogos levaram em conta os objetivos e as linguagens narrativas contidas no material que utilizavam. Os primeiros relatos de viagens, por exemplo, descortinavam uma África mistificada, revelada através do caráter heróico das explorações empreendidas pelos viajantes, criando uma empatia com o leitor, pois, seus escritos tinham raízes literárias. Já as cartas e relatórios escritos pelos missionários que viviam nas colônias, estavam preocupados em estabelecer uma percepção moral e religiosa da África. Neste sentido, não havia uma distinção muito clara entre uma escrita antropológica que pautava-se pela objetividade científica, positivista e empiricista e as fontes etnográficas que não tinham maiores preocupações teóricas. Com o crescente desenvolvimento da antropologia, esta troca entre aqueles que relatavam experiências vivenciadas no campo e os teóricos que sobre elas aplicavam sistemas classificatórios, foi se tornando cada vez mais complexa, na medida em que viajantes e missionários passaram a ser interrogados e informados pelos antropólogos.

¹ O autor vai se opor aquelas explicações religiosas, como a estória de Chan, que ele remete ao campo das lendas maravilhosas.

Este intercâmbio teve um efeito real na forma como a antropologia viria a trabalhar seus conteúdos. Sela (2006), por sua vez, referindo-se desta vez aos viajantes europeus que estiveram no Brasil e que descreveram a população africana, vai ponderar que estes tiveram sua observação influenciada, em grande medida, por discursos gerais, estéticos e científicos que eles terminavam por aplicar na descrição de grupos específicos. Ou seja, Sela vai enfatizar o percurso inverso assinalado por Thorton (1983), ao observar que os relatos dos viajantes europeus sobre os africanos no Brasil não estiveram livres das perspectivas teóricas que aos poucos iam se estabelecendo na metrópole, reenquadrando suas possibilidades interpretativas.

De todo o modo, o que é interessante destacar aqui é que no texto de Afonso Cláudio, ele faz uso dos trabalhos de antropólogos sem que haja uma reflexão qualquer sobre a forma como estes discursos sobre a África eram elaborados e qual a relação que estabeleciam com suas fontes. Quando Afonso Cláudio cita os viajantes na África, tais como Livinstone ou Theophile Lefebvre, por exemplo, o faz através dos antropólogos que lhe servem de referência e estes viajantes são ali chamados para confirmar suas teses². Há ainda, momentos em que Afonso Cláudio assume, mais uma vez através dos autores que utiliza, o ponto de vista de missionários ao ressaltar a luta que eles empreendiam na catequese e no embate com as religiões africanas. Enfim, quero destacar o quanto os escritos antropológicos, na sua elaboração, nem sempre levaram em consideração a particularidade presente nas fontes. Esta literatura, por sua vez, seria devorada com avidez no Brasil por autores como Afonso Cláudio que, tampouco, realizou uma crítica mais aguçada sobre a forma como aquele conhecimento sobre a África estava sendo constituído. Com esta literatura manteria, a seu turno, uma relação bem especial.

A primeira questão que anima Afonso Cláudio a percorrer esta bibliografia refere-se à definição de raça. Inicia sua investigação interrogando-se sobre a relação entre raça e cor, problematizando neste ponto a influência do meio geográfico. Dialogando com autores tais como Weismann, Dreyfus e Buckle³ ele concluiria que a

² É o caso de Weismann

³ Consideraria desde a teoria de Darwin sobre o mimetismo até o impacto da geografia na constituição da cor dos indivíduos sempre confirmados por relatos de viajantes como Livinstone e Lefebvre.

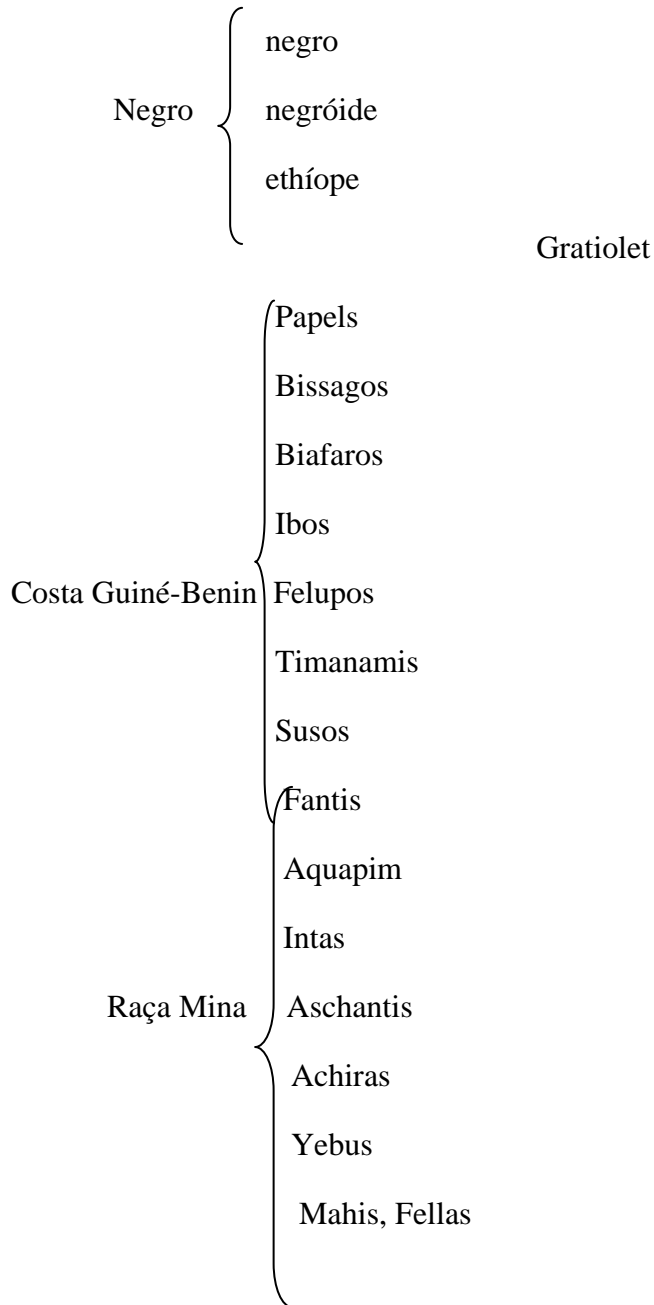
força do meio não estaria comprovada o que o forçava a buscar suas repostas sobre a definição das raças em outros elementos. Ele vai buscar autores variados tais como Rene Verneau, Alfred Maury, Samuel Baker, Frederico Muller, Froberville, Dr. Hamy entre outros e vai se basear neles em suas descrições.

Tratava-se de uma África esquadrinhada, interrogada, investigada: importava saber quem eram seus habitantes, como eram, onde e como viviam. Os africanos passaram a ser revelados através de complexos quadros classificatórios. E eles foram numerosos. Afonso Cláudio, que surpreende por sua erudição, parecia ler estes antropólogos, etnólogos, sociólogos com afinco, percorrendo livros em inglês, francês, alemão. Buscava dialogar com eles, por vezes, seguia-os em suas discussões, mas apesar de seu esforço, não parecia distinguir com muita profundidade suas diferenças e debates internos. Afonso Cláudio tateava tentando desenhar na África raças específicas, revelada em suas particularidades. O que oferece ao leitor, no entanto, é uma justaposição de taxonomias, extraídas dos autores que lhe eram referência. Os quadros abaixo, montados a partir dos dados que oferece em seu texto, mostram como além de variadas, estas classificações nem sempre eram coincidentes entre si.

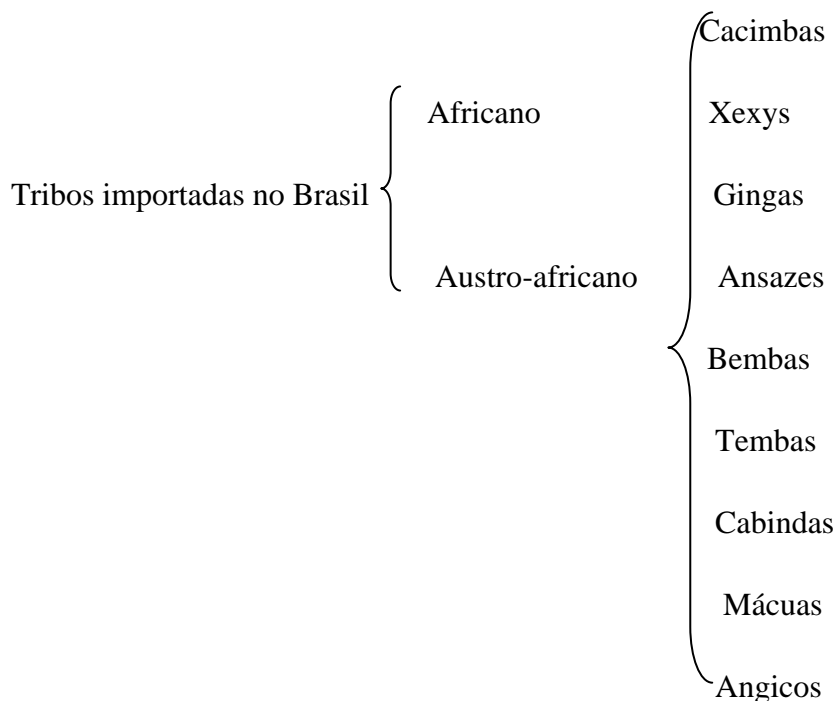
Verneau

Caucassiano	{	Hindús.....cor negra
		Povos América do Sul (zona equatorial).....cor acobreada
		Veddahs do Ceilão (origem semítica)cor negra
		Papuas (Oceania).....cor negra
		Negritos (Felipinas).....cor negra
Africano	{	Zambesecor café com leite (pardavasco)
		Grandes lagos.....cor acaju (mogno)
		Bohsnauns.....cor amarela
		Hotentotes.....cor amarela

Dr. A. Bastian:



Na conclusão de seu artigo, por exemplo, quando pretende retomar suas considerações termina apresentando uma nova classificação, não citada anteriormente e sem referência. Como vemos abaixo:



Ao leitor resta a tarefa de ficar se movendo, quase às escuras, neste emaranhado de ramos, etnias, raças, nações...africanas.

Afonso Cláudio prossegue em sua investigação instigado por algumas interrogações. A primeira delas, como já enunciei anteriormente, refere-se à relação entre a cor dos indivíduos e sua localização geográfica. Os quadros que oferece de Rene Verneau (1931) e Alfred Maury (1869), parecem demonstrar que “nem todos os africanos eram negros” assim como “nem todos caucásicos eram brancos”, o que o convenceu que a geografia não poderia ser suficiente para explicar tão variada gama de cores. Seria o caso, então, de somar às cores as características físicas dos indivíduos? Como definir, então? Fixando o mento, o prognatismo, a forma do nariz, a dolicocefalia ou a braquicefalia, os cabelos, os lábios? Ainda não, na sua opinião. A única solução era proceder, como havia sugerido Verneau, uma tipologia que desse conta dos “caracteres essenciais”, pensadas a partir das características individuais ou sociais, sem descuidar da moral e da capacidade intelectual. Citando Maury, pretendia nesta somatória, recorrer a tudo que pudesse explicar “a posição de retardatários que os deixou a civilização por séculos”. Embora Afonso Cláudio tivesse encontrado, aparentemente, uma solução para definir a raça dos africanos, recorrendo à somatória de todas as

características que parecia ser capaz de compilar, no debate antropológico-etnográfico, a questão não parecia ser tão simples.

Voltemo-nos um pouco para a França. Vale destacar a especificidade do debate francês sustentado por duas academias: a Sociedade de Etnografia Oriental e Americana e a Sociedade de Antropologia de Paris, ambas fundadas em 1859. Se os etnólogos condenavam a hierarquia entre as raças e faziam oposição a craniologia como base para a análise das diferenças entre as sociedades; os antropólogos, ao contrário, defendiam a idéia de que as características raciais (físicas) eram preponderantes para o desenvolvimento social e, em suas fileiras, havia autores como Broca, Le Bon, Lapouge, Quatrefages, Topinard, autores conhecidos no Brasil. Mesmo considerando estas linhas gerais, as fronteiras entre estas sociedades eram ambíguas. Alguns etnógrafos mesmo aqueles adeptos do “igualitarismo” entre as raças, concediam que as características físicas (tão defendidas pelos seus contendores, os antropólogos) eram importantes porque teriam influenciado a maneira de compreender e realizar a civilização; por outro lado, havia antropólogos que, embora ressaltassem as características físicas, não deixavam de pontuar que elas eram complementares ao estudo moral e intelectual do homem. Mesmo um autor como Broca, afirma Staum (2004), ao analisar estas diferentes sociedades acadêmicas, considerava a importância da educação como forma de melhorar a capacidade cerebral.

René Verneau, professor de antropologia no Instituto de Paleontologia Humana e no Museu Nacional de História Natural de Paris, do qual assumiria a direção em 1907, viria a ser um opositor de Quatrefages (que havia saído da direção desta mesma instituição em 1892). Verneau foi favorável a uma reorientação e uma abertura deste debate para perspectivas mais “culturalistas”, ao enfatizar nos estudos sobre as populações humanas, a importância da língua, da religião e das instituições sociais. A oposição entre as características físicas e as culturais (e entre a etnologia e a antropologia) estava, pois, cada vez mais, na França, imersa em um debate que continha muitas nuances e contradições⁴. Verneau se mostraria preocupado em tornar os

⁴ No contexto francês, apenas em 1908, com o surgimento da antropologia cultural, o método das medições físicas perdeu seu prestígio negando-se a definição das raças em termos biológicos, rompendo-se com uma lógica que havia sustentado o racismo científico, mesmo que ainda se aceitasse os discursos colonialistas.

conhecimentos científicos de sua época acessíveis a um público leigo, vindo a escrever, inclusive, um livro destinado a discutir a evolução humana em uma linguagem simples e desmistificadora. Ali ele estudaria a pré-história, a geologia, a paleontologia, a influência do clima sobre as organizações sociais, a evolução do “tipo” humano (1931). Talvez devido ao fato dele ter escrito sobre ciência para um público mais abrangente, seus livros tenham tido uma certa influência no Brasil e, especialmente, na formação de Afonso Cláudio.

Mas o peso a ser dado a estes elementos que constituiriam os tais caracteres essenciais sugeridos por Verneau não era consensual. Um outro autor que participou destes debates acadêmicos foi D’Omalius d’Halloy (1845), geólogo belga que interessado pela ciência de seu tempo publicou um “manual prático de etnologia” ou “descrição das raças humanas” em 1845. Ele se preocuparia em definir os próprios objetivos da etnografia: destinada a descrever o caráter natural dos povos, deveria elaborar subdivisões do gênero humano (raças, ramos, famílias, etc). Entendia que era conveniente combinar os caracteres naturais com os caracteres sociais, incluindo língua, história, costumes e religião. Embora fizesse estas considerações, ressaltava que as características naturais deveriam preponderar sobre todas as outras definições, opondo-se àquelas classificações que tinham a história ou a língua como base. A etnografia, neste sentido, segundo sua concepção, era uma ciência natural enquanto a estatística, por se ocupar das relações sociais, seria uma ciência social. Quando subdivide o gênero humano em raças (branca, amarela, vermelha, morena e negra) tem como base, pois, os chamados caracteres naturais. Outros critérios se desdobrariam desta definição inicial tal como a divisão entre civilizados, bárbaros e selvagens. D’Halloy, seria lido e citado generosamente por Afonso Cláudio. Entretanto, este tipo de ressalva feita pelo autor sobre os caracteres naturais e os sociais não foi mencionada em seu texto. Ali tudo tendia a se equivaler na busca da definição mais abrangente de raça.

Afonso Cláudio, apesar de suas ressalvas quanto à geografia, vai fazer também seus recortes. Inspirado pelas classificações dos autores que cita, ao se referir à distribuição etnográfica da África, vai mais uma vez justapor taxonomias, pois, seu objetivo era conhecer as principais populações negras da África porque delas teriam saído àquelas tribos, importadas pelo tráfico, que teriam vindo para o Brasil. No intuito

de descrevê-las, seguindo sempre a orientação de Verneau sobre os caracteres essenciais (que somavam características físicas com as sociais e culturais), vai discorrer sobre a arquitetura, artesanaria, vestuário, agricultura, armamentos, feiras e mercados africanos e, entre outros aspectos, discorreria ainda sobre a formação de famílias, religião, língua, poesia, música, danças, etc. Com isso ele pretendia ter atingido seu objetivo: “O estudo até agora feito deverá ter servido para dar-nos a situação etnológica dos povos africanos, no ponto de vista dos caracteres que lhes denunciam as raças no de seus bem pouco assinaláveis progressos sociais”. A grande questão, no fundo, era destrinchar a relação entre uma definição étnica e a possibilidade que lhe era supostamente correlata, de desenvolvimento social. Ele concluiria: “a base étnica destes povos explica o aniquilamento de suas civilizações”.

Restava a ele, no entanto, discorrer sobre a distribuição destas tribos africanas (ao final descritas de forma ampla ao mencionar a África negra) no território brasileiro. Para Afonso Cláudio, a história dos povos da África era indissociável da história do tráfico. E na África, era resultado de guerras ou trocas, considerando, portanto, lícito imputar-lhes “a origem da servidão”. Contudo, ele vai assinalar algumas diferenças importantes. Se os africanos em suas práticas originaram o tráfico, este se dava em uma escala inter-tribal, enquanto o tráfico internacional havia sido “uma invenção diabólica do branco europeu, açulado pela cupidez do ouro”. A história do tráfico remetia a própria história da escravidão e das lutas anti-escravistas e abolicionistas. Neste sentido, Afonso Cláudio denunciou em seu texto os horrores do tráfico e da escravidão mesmo que parecesse inseguro quanto aos resultados que uma abolição – sem indenização – traria para a formação da república brasileira: “Se socialmente todos os aplausos são poucos a ação do legislador brasileiro de 1888, economicamente não há como obscurecer que a abolição feita sem se cogitar do sucedâneo do braço escravo na vida agrícola, fonte principal de riqueza nacional, foi um volumoso desatino, cujas conseqüências ainda hoje expiamos”. Era necessário, então, refletir sobre a capacidade de trabalho deste ex-escravo e sua participação na composição étnica da sociedade brasileira.

Se ao olhar a África com as lentes do pensamento científico ele tinha tentado discernir as etnias e seus “caracteres essenciais”, estas classificações não seriam

aplicadas a realidade brasileira. O autor opera um deslizamento: no lugar de se ater a definição das tribos africanas no Brasil (ou sobre suas raças) ele cria uma categoria uniforme que os enquadra: são todos escravos. E a questão passa a ser como explicar sua distribuição desigual em nossas diferentes regiões. Chega a uma conclusão intrigante: não seria resultado da demanda econômica nem do tipo de produção desenvolvida nas diferentes áreas. Havia, na verdade, uma outra explicação: a miscigenação, a “força do sangue”. Só a etnografia poderia responder, portanto, ao enigma. O cruzamento do luso e do índio, predominante no Norte e no Oeste brasileiro, havia gerado indivíduos pouco ambiciosos, que se contentavam com os meios triviais de vida, daí porque nestas regiões destacavam-se os vaqueiros, os matutos caribocas. E mesmo quando havia senhores de engenho e escravos, a relação entre ambos era marcada pelo cooperativismo⁵. No sul, se dava o contrário, com o cruzamento do português com o negro, havia resultado em indivíduos apegados ao mando, propensos a alianças religiosas e políticas duvidosas, entre outras características. Segundo Afonso Cláudio, “as aptidões específicas para o trabalho e para a riqueza coincidem com as diferenciações étnicas”. Se o peso do sangue havia sido tão definitivo para a “distribuição das gentes negras” no Brasil, o que dizer então sobre o futuro de nossa composição étnica? Apoiado em Silvio Romero, defendia a idéia de uma “colonização integral” onde se evitaria a aglomeração de uma só raça em algumas regiões. Os colonos e os imigrantes deveriam se espalhar e se misturar as populações nacionais. A mestiçagem, como prognóstico, deslocava a questão sobre as “tribos africanas” no Brasil e obscurecia qualquer debate sobre sua participação na sociedade e, evidentemente, sobre seus direitos sociais.

A análise proposta por Afonso Cláudio sobre a África esteve baseada, como vimos, em suas leituras “científicas”, enredada nos debates da antropologia e da etnologia. No entanto, sua percepção sobre os africanos e suas diferenciações étnicas, não deveria se limitar a esta visão externa. Afinal, nosso autor nasceu em 1859 e consta que, durante sua infância, teve um convívio intenso com os escravos de seu pai na fazenda de Mangaraí no Espírito Santo. Jovem, militou ativamente sendo um dos

⁵ Os matuto caribocas eram aqueles voltados para o cultivo de subsistência e do algodão. Já o senhor de engenho e seus escravos trabalhavam juntos em uma forma de cooperativismo porque eram seguidamente amigos, parentes, compadres, correligionários.

fundadores da Sociedade Abolicionista Domingos Martins. Após a abolição, tornou-se um fervoroso defensor da República vindo a se tornar em 1889 o primeiro Presidente do Espírito Santo. Sua trajetória nos leva a crer que ele tinha uma perspectiva política que orientou as respostas que deu as questões colocadas pelo IHGB. Ao deslocar a questão sobre as “tribos africanas” para os escravos e a “força do sangue”, não deixava de estar aderindo às idéias sobre a importância da mestiçagem na composição étnica para o progresso do país. Por outro lado, sua adesão a política imigrantista (que por sua vez, também dialogava com as teses raciais) ficaria demonstrado, ainda, no livro que escreve em 1884 sobre a “insurreição do Queimado” (1979), obra dedicada à história de uma revolta de escravos no Espírito Santo, na qual não deixa de pontuar, entre outros elementos, a inferioridade dos escravos comparada a superioridade da raça de alemães e italianos. Sua passagem pela faculdade de direito de São Paulo e Recife, a influência de autores como Tobias Barreto e, principalmente Silvio Romero, também se inscreve neste contexto.

O trabalho de Afonso Cláudio apresentados no I Congresso de História Nacional do IHGB demonstra o quanto era importante naquele momento descobrir a África, reatualizando, no diálogo com as perspectivas “científicas”, o debate sobre qual o lugar que caberia aos africanos no projeto republicano. O desafio era como pensar, por um lado, uma África bárbara e incivilizada, tal como descrita em muitos dos livros de antropólogos e etnólogos lidos pelos intelectuais brasileiros, carregados, portanto, com seus preconceitos; e, por outro lado, pensar no peso que tinham na formação nacional. Em um momento em que se discutia o código civil, forçoso era definir os direitos sociais e a cidadania.

Roquette Pinto (1914), que trabalhou como relator de artigos desta sessão no I Congresso, em sua apreciação, assinalou a missão histórica dos africanos no Brasil (como trabalhadores escravos) e não se furtou de afirmar que “seu papel” naquele momento “estava terminado na maior parte do território nacional”, que seu contingente estava sendo aos poucos eliminado, pois, estariam, supostamente, cedendo “diante de novos elementos”, não mais existindo em muitos pontos do país. E se perguntava: “de um elemento tão importante que sabemos nós? Deixemo-lo sumir-se, sem cuidar disso”, indagava enigmaticamente. Este não parecia ser, no entanto, o objetivo de Afonso

Claudio que pretendia estudar sobre as tribos africanas. Seu esforço não era isolado. Em outras regiões discutia-se não só quem era este africano mas a possibilidade de salvá-lo no Brasil. Em Alagoas, por exemplo, Álvaro Dória (1929) prestava concurso no Liceu defendendo um estudo sobre a África, no qual pretendia reabilitar o negro e “alcançá-lo pela justiça”. Afirmava que “encarado o negro pelo prisma etnológico, muito se teria que respigar sobre sua imaginada inferioridade. O ódio ou orgulho do branco pelo seu escravo dócil e favorito tem popularizado o preconceito infamante da sua refractabilidade ao desenvolvimento humano. Uns já os dão como estacionário outros como retrógrado biológica e socialmente. A ciência autêntica nunca adiantou um veredicto deste jaez. Porque o negro é um homem como o branco por suas faculdades essenciais e peculiares, a inteligência e a consciência, aquele pode aproximar-se deste, igualá-lo e até ultrapassá-lo (...) caluniados, incompreendidos, recalcados, desdenhados e esquecidos, os negros tem porém direito – e haverão de reivindicá-lo – a uma situação humana mais equânime e digna do seu significado social”.

Os termos estavam assim colocados no início do século XX. Em debate as classificações raciais, étnicas e, o que lhe era correlato, os direitos sociais. Quisera eu terminar esta apresentação concluindo que este debate já foi vencido, que a África já nos foi revelada historicamente, que os direitos sociais já foram garantidos. Mas temo em concluir interrogando-me, ao contrário, sobre o quão próximo ainda estamos deste debate e o quão necessário é o estudo sobre a África e a luta pela garantia de direitos sociais dos afro-brasileiros no Brasil.

Bibliografia:

Afonso Claudio – Insurreição do queimado. Episódio da História da Província do Espírito Santo. Apresentação de Luiz Guilherme Santos Neves. Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

Cláudio, A. (1915). As tribos negras importadas estudo etnográfico e sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos. Anais do Primeiro Congresso de História Nacional (7 - 16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.2, p.595 – 660, 1915.

Doria, Alvaro. Povos africanos. These de livre escolha para o concurso de geografia e corografia do Brasil no Lyceu Alagoano. Maceió: Papelaria Valente, 1929.

Guimarães, L. M. P. Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

J.J. D'Omalius d'Halloy. Des races humaines. Paris/Strasbourg: P. Bertrand Editeur/Levrault, 1845.

Maury, L.F. Alfred. La terre et L'homme ou aperçu historique de geologie, de geographie et d'ethnographie generales pour servir d' introduction a l'histoire universelle. Paris: Hachette, 1869.

Reis, J. J. Raízes: razões étnicas em 1835. Rebelião escrava na Brasil: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p.307-349.

Roquette Pinto. Actas do Congresso In: Anais do Primeiro Congresso de História Nacional (7 - 16 de setembro de 1914) do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vol.I, p.147-148.

Sela, Eneida Maria Mercadante. Modos de ser em modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas em 16 de agosto de 2006.

Staum, M. Nature and Nurture in French Ethnography and Anthropology, 1859-1914. Journal of the History of Ideas. Vol. 65, N.3, p. 475-495, 2004.

Thornton, Robert. Narrative Ethnography in Africa, 1850-1920: The Creation and Capture of an Appropriate Domain for Anthropology. Man, New Series, Vol. 18, No. 3 (Sep., 1983), pp. 502-520. Published by: Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland.

Verneau, Rene- Los origenes de la humanidad. Coleccion Labor, Seccion VI, Ciencias Historicas, n. 287. Barcelona, Buenos Aires: Editorial Labor AS, 1931.